Os obstáculos políticos e ideológicos têm sido cruciais para a capacidade do Brasil — assim como de qualquer outro país — de adotar reformas firmes e consistentes. A redemocratização do Brasil nos anos 80 sustentou-se em uma sólida realidade econômica e social. Ao contrário da interpretação convencional, representou a vitória da sociedade civil e não uma concessão do regime militar. Mas fracassou na superação de algumas ideologias e práticas políticas típicas dos países de renda média, industrializados mas ainda subdesenvolvidos: de um lado, o populismo econômico, o desenvolvimentismo, o nacionalismo anacrônico, o clientelismo político, as demandas trabalhistas irrealistas e, de outro, o conservadorismo, a ortodoxia monetarista, o neoliberalismo e a inabilidade ou negligência da elite empresarial no reconhecimento e na defesa do interesse nacional.

No Capítulo 8, analisei a crise política na América Latina, particularmente a crise da esquerda. Neste capítulo, examino os obstáculos políticos às reformas econômicas, interpretando-os de forma mais abrangente e relacionando-os ao debate entre a esquerda e a direita. Nos países desenvolvidos, os obstáculos políticos são identificados com as políticas nacionalistas e populistas, as quais, por sua vez, são identificadas com a esquerda, embora sejam também próprias da direita oportunista. Além das práticas nacionalistas e populistas, é importante também detectar outro tipo de obstáculo político e ideológico: a adoção de políticas econômicas ineficientes, se não ineficazes, como resultado da adoção do monetarismo dogmático e do neoliberalismo.¹

No início dos anos 80, a crise econômica foi a principal causa da derrocada do regime autoritário. Mais tarde, ao não ser equacionada, a crise econômica passou a ser uma ameaça aos novos regimes democráticos. A recessão e a alta inflação são fatores desestabilizadores para qualquer regime, não importa se democrático ou autoritário. Nos anos 90, quando a maioria dos regimes políticos na América Latina são democráticos, é a democracia que é ameaçada pela crise econômica, como vimos no Peru e na Guatemala. A democracia, entretanto, parece estar apoiada em bases sólidas na América Latina. Apesar de uma crise econômica aguda, agravada por medidas ortodoxas extremas, a Venezuela, por exemplo, mostrou-se capaz

de preservar a democracia no início dos anos 90, embora toda a região tenha ficado apreensiva.

Segundo a sabedoria convencional, as causas da crise econômica no Brasil e, mais amplamente, na América Latina, são políticas. Os obstáculos políticos que examino neste capítulo reforçam esta visão. Mas há também as causas puramente econômicas. Por outro lado, as reformas econômicas e as políticas de estabilização são freqüentemente ineficientes e excessivamente custosas, quando não simplesmente incompetentes. E as falhas de mercado — não apenas as falhas clássicas, relacionadas ao poder do monopólio e às externalidades, mas também as relacionadas ao caráter inercial da alta inflação — não são problemas políticos mas estritamente econômicos.

O capitalismo e a democracia estão hoje consolidados no Brasil. Há pouca dúvida sobre a predominância de um modo de produção capitalista, industrial e moderno, e de uma hegemonia ideológica e política da classe empresarial. Mas entre 1987 e 1994 surgiram dúvidas — inexistentes até então — sobre as perspectivas de crescimento econômico. A estagnação econômica, ao invés do crescimento auto-sustentado, parecia o destino de um país que era incapaz de controlar a inflação e de enfrentar os seus graves problemas sociais.

Nos anos 50 e 60, quando as perspectivas otimistas eram dominantes em todo o mundo, eu acreditava que, quando um país houvesse concluído sua revolução industrial e capitalista, o crescimento auto-sustentado se seguiria automaticamente, como conseqüência das demandas impostas pela acumulação de capital e a incorporação do progresso tecnológico. Na medida em que o reinvestimento e a atualização tecnológica se tornavam uma condição de sobrevivência das empresas, o desenvolvimento tornava-se auto-sustentado. Poderia passar por crises, mas a tendência geral estava clara. Entretanto, depois da grande crise dos anos 80, que manteve a renda *per capita* no Brasil estagnada por quase quinze anos, já não tenho mais tanta certeza. É forçoso admitir que o desenvolvimento econômico não tem nada de automático: depende da adoção de uma série de políticas econômicas de curto e de longo prazo (ajustamentos e reformas), que envolvem decisões e iniciativas.

No entanto, no Brasil, a democracia política está mais solidamente estabelecida no sistema econômico e social que normalmente se reconhece. Primeiro, porque o país já é uma formação social predominantemente capitalista. Ora, o capitalismo industrial moderno é capaz de apropriar o excedente econômico via mercado, e dessa forma prescindir da força direta, ou seja da força autoritária do Estado, que é necessária em sociedades pré-capitalistas e mercantilistas. Além disso, a burguesia, ou classe empresarial, não se sente ameaçada pela esquerda. O sistema militar, e mais amplamente, os autoritá-

rios, também não têm projetos alternativos para o Brasil (estão tão perplexos quanto a burguesia em relação à solução das crises econômica e política). Finalmente, os Estados Unidos não recorrem mais às táticas do “big stick” (tais como golpes de estado, intervenções militares ou coisas que os valham) como parte de sua estratégia de consolidar o capitalismo na América Latina, já que este está consolidado, e estão sinceramente comprometidos com a consolidação da democracia na região.

Mas a consolidação da democracia é sempre um fenômeno relativo. Guillermo O’Donnell (1988: 5) ressaltou que na improbabilidade de um golpe militar — a “morte lenta” da democracia —, isto é, a perda contínua de eficácia e credibilidade das instituições políticas como resultado do fracasso governamental em desvendar ou resolver os problemas sócio-econômicos é outra possibilidade.

O Brasil, a partir dos anos 90, começou a superar sua crise. Os fracassos anteriores, entretanto, e as dificuldades atuais não podem ser atribuídos somente às limitações específicas do país ou à dimensão dos obstáculos econômicos. Os obstáculos econômicos reais de fato existem. Não é por acaso que a América Latina ficou estagnada por quinze anos, desde que a crise da dívida externa se manifestou. No caso do Brasil, no entanto, a dificuldade do governo em solucionar satisfatoriamente a crise, embora possa ser explicada pela pressa com que o México resolveu assinar um acordo nos termos do Plano Brady, assim estabelecendo um padrão para os demais países da região, está também claramente ligada a práticas políticas e a atitudes relacionadas com um complexo de inferioridade colonial que não conduzem à adoção de políticas econômicas corajosas, coerentes e firmes.

Quais são essas práticas e crenças políticas? Discuto-as a seguir, classificando-as, de acordo com a origem política, como obstáculos oriundos da direita oportunista, da esquerda moderada ou da direita ideológica. Há uma prática política comum a ambas, a direita oportunista e a esquerda moderada: o populismo econômico, prática de política econômica peculiar aos oportunistas de todos os matizes ideológicos.

O CICLO POPULISTA

Em razão de o *populismo* possuir diversos significados, o adjetivo *econômico* é acrescido para distingui-lo de outras conotações. O populismo normalmente carrega um significado diferente na América Latina, mais do que em qualquer outro lugar, sendo vinculado às práticas de líderes políti-

cos que conseguem estabelecer uma relação direta com o povo sem a intermediação de partidos políticos. Está também relacionado com as coalizões de classe ou “pactos populistas” que ofereceram apoio político à industrialização de substituição de importações, conforme vimos na Primeira Parte deste livro. Tais pactos baseavam-se em algum tipo de aliança entre industriais, trabalhadores e a nova classe média burocrática.² Em contraposição, o populismo econômico diz respeito a uma prática política específica: a complacência fiscal, normalmente combinada com um distributivismo ingênuo.

O primeiro economista a escrever sobre o populismo econômico foi, provavelmente, Adolfo Canitrot (1975). Guillermo O’Donnell, embora cientista político, também escreveu admiravelmente sobre o assunto (1977). Carlos Díaz-Alejandro (1979) discutiu o populismo econômico, especificamente no tocante ao “ciclo populista”.³ As políticas populistas normalmente precedem políticas ortodoxas, já que são causa de crises econômicas, particularmente do desequilíbrio do balanço de pagamentos e da aceleração da inflação, exigindo em seguida dolorosos programas de estabilização.

Há dois tipos de populismo econômico: (1) o populismo de esquerda, frequentemente caracterizado por uma redistribuição ingênua de renda e pela atitude de “recusa ao ajustamento”; e (2) o populismo de direita, fenômeno muito próximo ao do desenvolvimentismo. Em qualquer dos casos, trata-se de um tipo de complacência fiscal, definida por uma tendência a atender a maioria das demandas dos trabalhadores e empresários. Este método é invariavelmente aplicado pelos políticos oportunistas e clientelistas.

As políticas econômicas populistas levam a aumentos no déficit público e ao desequilíbrio nas contas correntes (balanço de pagamentos). Algumas das práticas populistas mais comuns incluem aumentos salariais para os trabalhadores e servidores públicos; aumentos nas despesas do Estado; consumo elevado e subsídio a investimentos; supervalorização da moeda local, que provoca aumentos nos salários reais e prosperidade artificial; e subsídio ao crédito oferecido pelos bancos oficiais. Essas concessões têm algo a oferecer a todo mundo — servidores públicos, empresários e trabalhadores.

O resultado dessas práticas é o ciclo populista. Começa com a adoção pelo governo de uma combinação de políticas expansivas: (1) supervalorização da taxa de câmbio, que reduz a inflação, eleva os salários e o consumo, promove importações e restringe as exportações; (2) aumentos diretos nos salários do setor público; (3) elevação nos gastos públicos, que induz a maior déficit orçamentário; (4) taxas de juros artificialmente baixas; e (5) preços e tarifas também artificialmente baixos para as empresas estatais. Dessa forma, a primeira fase do ciclo caracteriza-se por alta taxa de consumo e inves-

timento e acelerada taxa de crescimento. Para completar o quadro róseo, ocorre a redução da taxa de inflação: o aumento da demanda agregada tem efeito inflacionário menor do que o efeito deflacionário da supervalorização da taxa de câmbio e redução dos preços públicos reais.

Entretanto, este estágio prova ser um paraíso de vida curta, dadas as distorções crescentes que provoca na economia. Os desequilíbrios aparecem no balanço de pagamentos, pois as importações aumentam e as exportações caem. O déficit orçamentário se eleva. Finalmente, quando os credores internacionais perdem confiança no governo e reduzem ou suspendem a rolagem dos seus créditos, as reservas internacionais entram em colapso, a ameaça de crise do balanço de pagamentos torna-se iminente. Nesse momento, não há outra alternativa senão desvalorizar a moeda. Devido à desvalorização, os preços domésticos se elevam, colocando em movimento uma espiral inflacionária normalmente dramática. Este estágio do ciclo leva freqüentemente a uma severa crise, às vezes acompanhada por, no mínimo, uma troca de ministros, se não a um golpe de Estado, que termina, inevitavelmente, com uma mudança radical na política econômica. A mudança pode ocorrer no momento da desvalorização, ou ser postergada para o momento em que a inflação explode. Em qualquer hipótese, em determinado momento, quando a crise se agudiza e os cofres do governo estão vazios, não importa qual seja a orientação ideológica do governante, ele será constrangido pelos fatos a liberalizar preços e a adotar as políticas clássicas de contenção do déficit público e de controle rígido da moeda. Não há melhor exemplo desse fato do que a adoção, no final dos anos 80, de políticas dessa natureza por Menem, na Argentina, Andrés Pérez na Venezuela, Collor no Brasil e Fujimori no Peru. Eram políticos com orientações políticas muito diversas, mas quando viram seu Tesouro vazio e o país sem crédito, foram obrigados a reconhecer o fracasso do sistema de intervenção praticado até aquele momento e a adotar um “choque liberal”, por meio do qual o mercado reassume mais diretamente a coordenação da economia.

As políticas expansionistas de 1979-1980 (provavelmente o pior dos enganos da história da política econômica no Brasil) e o Plano Cruzado (um excelente plano e uma oportunidade perdida devido a uma administração incompetente) são exemplos típicos de episódios populistas recentes no país. A experiência de 1979-1980 foi conduzida por economistas conservadores sob os auspícios do regime militar; o Plano Cruzado foi desenvolvido por competentes economistas logo após a transição democrática, mas, sua implementação foi populista.

É importante distinguir a direita oportunista da direita ideológica. Oportunistas, é claro, existem em todo o espectro político, da direita à esquerda. Um oportunista é, por definição, um político sem convicções ideológicas firmes. Os oportunistas estão mais presentes na direita do que na esquerda apenas porque no Brasil o capitalismo é dominante. Num país capitalista, os políticos oportunistas, qualquer que seja sua ideologia política declarada (inclusive os que propõem ser de esquerda ou de centro-esquerda) tenderão a ser conservadores, porque seus interesses fundamentais requerem que todas as concessões possíveis e imagináveis sejam feitas para os ricos, os privilegiados e os poderosos. Práticas típicas do oportunismo político são o desenvolvimentismo e as formas modernas de patrimonialismo — o clientelismo e o fisiologismo.

O desenvolvimentismo consiste em ter o crescimento econômico como o maior objetivo, sobrepondo-se à estabilização e à distribuição de renda. Essa era a prática ideológica e política predominante na América Latina dos anos 30 aos anos 80.

O patrimonialismo consiste na confusão entre o patrimônio público e o privado. Sua formas contemporâneas — o clientelismo e o fisiologismo — são práticas políticas próximas à corrupção pura, mas dela devem ser distinguidas. O populismo, o clientelismo e a corrupção implicam o uso de fundos públicos: no caso do populismo clientelista, os fundos públicos são utilizados impessoalmente para assegurar a boa vontade daqueles grupos e comunidades que se beneficiam dos gastos públicos; no caso da corrupção, os fundos públicos são apropriados privadamente. O clientelismo também envolve o uso de fundos públicos mas de forma indireta: os políticos engajados nas práticas clientelistas não roubam, mas utilizam os recursos do Estado para promover suas carreiras pessoais. O termo no Brasil para esse tipo de prática é *fisiologismo*.

O político fisiológico é, por definição, um oportunista, que trata a política como um negócio em que a influência política é o meio de troca. É fisiológico porque coloca seus interesses pessoais e materiais acima das idéias e dos princípios morais a que se comprometeu servir e que deveriam orientar a ação política.

Essas práticas oportunistas estão profundamente arraigadas no sistema político brasileiro e são tanto um sintoma como uma consequência do baixo nível de cidadania do país. A falta de informação, a pobre educação política, a desconfiança em relação aos candidatos populares são características do

eleitor médio brasileiro. Assim, nas palavras de Wanderley Reis (1988: 24), “de qualquer forma, dificilmente se poderia pretender que, nas condições que caracterizam o eleitorado brasileiro, a estabilização do jogo democrático viesse a ocorrer em torno de partidos ideológicos revestidos daquelas características, e o processo de agregação partidária de interesses continuará provavelmente a dar-se entre nós através de partidos que combinem o clientelismo tradicional com um apelo eleitoral de tonalidades populistas”.

ESQUERDA IDEOLÓGICA

Diferentes, mas produzindo resultados semelhantes, são as ideologias e práticas políticas da esquerda. Os anos dourados da esquerda foram as décadas de 30, 40 e 50. Desde os anos 60, a esquerda vem enfrentando problemas crescentes, na medida em que o modelo de sociedade estatista ou comunista passou a experimentar tempos árduos na antiga União Soviética, e a estratégia de substituição de importações tornou-se inoperante na América Latina. Essa estratégia, apropriada para os anos 50, logo no início da década de 60 deixou claro que as condições domésticas e internacionais haviam mudado de tal forma que exigiam uma nova análise da economia e uma nova estratégia de crescimento econômico.⁴

Nos anos 70 e início dos 80, a esquerda moderada criticou severamente as políticas econômicas ortodoxas impostas pelo regime autoritário. Essas críticas algumas vezes se justificavam, mas normalmente eram apenas *slogans* nacionalistas e populistas fora de moda. Quando a transição para a democracia foi concluída, em 1985, o novo governo democrático (o governo Sarney) demonstrou afinal ser o resultado de uma coalizão nacionalista e populista da velha esquerda com a direita oportunista.

Nas décadas de 40 e 50, a esquerda adotou a proposição de que os imperialistas, ou interesses estrangeiros (inclusive as empresas multinacionais), haviam-se aliado aos interesses do capital agrário-mercantil doméstico para impedir ou se oporem à industrialização. Em meados dos anos 50, entretanto, essas mesmas multinacionais passaram a fazer grandes investimentos na indústria manufatureira, alterando, assim, a situação e agindo em contradição àquela proposição (Bresser Pereira, 1963; Cardoso e Faletto, 1969).⁵ Se essa análise havia sido verdadeira em certo momento histórico, agora não era mais. Alguns nacionalistas arcaicos, contudo, ainda pensam em termos de anos 50. Como veremos no Capítulo 16, esses nacionalistas anacrônicos não foram capazes de entender que ser nacionalista hoje em dia requer uma

clara noção do que seja interesse nacional, que tem de ser avaliado em cada caso. A política do interesse nacional contrasta com a velha política nacionalista latino-americana, que se baseava em uma atitude indiscriminadamente contrária ao estrangeiro. O objetivo do nacionalista era proteger-se contra o imperialismo, em vez de negociar com os países mais desenvolvidos, tendo como critério o interesse nacional.⁶

Em meados dos anos 60, o regime autoritário optou por uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelas exportações. Essa estratégia beneficiava o país, embora no curto prazo produzisse o efeito perverso de compatibilizar taxas sustentadas de demanda interna com uma concentração de renda. De início, a esquerda moderada opôs-se a essa estratégia e adotou uma orientação voltada para o mercado doméstico, enganando-se ao reconhecer que não apenas o modelo de crescimento via substituição de importações havia esgotado suas virtudes no início da década de 60, mas o modelo de crescimento alternativo — baseado em projetos de substituição de importações altamente capital-intensivos — era mais propenso ainda a concentrar renda no longo prazo que o modelo baseado na exportação de bens manufaturados trabalho-intensivos.⁷

Nos anos 70, era comum para a esquerda criticar Coréia e Taiwan como meras “plataformas de exportação” para as multinacionais, ao passo que Roberto Campos, um dos líderes intelectuais da direita brasileira, via esses mesmos países como sociedades liberais. Hoje em dia, sabemos que estavam ambos equivocados. O desenvolvimento espetacular desses países baseava-se na estratégia conduzida pelas exportações, onde o Estado exercia um papel decisivo, e as multinacionais, um papel menor. Coréia e Taiwan não eram nem plataformas exportadoras nem economias liberais. Além disso, sua estratégia de desenvolvimento provou-se compatível com uma distribuição de renda muito mais equilibrada que a existente no Brasil. Uma das causas dessa melhor distribuição da renda foi a reforma agrária empreendida por esses países após a Segunda Guerra Mundial; outro fator foi a estratégia de crescimento conduzida pelas exportações, que se baseava necessariamente em indústrias trabalho-intensivas. E hoje está claro que a melhor distribuição de renda foi um fator importante para assegurar altas taxas de crescimento para esses países.

A atitude de resistência ou recusa ao ajustamento foi uma forma do populismo latino-americano ou, mais especificamente, do desenvolvimentismo.⁸ Criticávamos severa e equivocadamente o inevitável ajustamento ocorrido na década de 60. O fato de os programas de estabilização terem-se normalmente baseado na redução de salários em vez do ajustamento fiscal era,

de fato, uma boa razão para nossa crítica. Entretanto, a esquerda restringia sua crítica quase que exclusivamente ao *slogan* “não à recessão”. O argumento econômico da esquerda estava baseado na adoção espúria das idéias pretendidamente keynesianas, favorecendo déficits orçamentários crônicos e uma estratégia de desenvolvimento conduzida pela demanda.

Assim, quando, em 1979, o ajustamento do balanço de pagamentos tornou-se absolutamente necessário, não foi surpresa que a política econômica populista e desenvolvimentista adotada pelo regime militar de direita, então no poder, fosse apoiada por economistas da esquerda estruturalista moderada, que não haviam ainda sido capazes de fazer sua transição intelectual. Quando o ajustamento finalmente foi feito em 1981, a esquerda equivocadamente adotou a visão de que este era desnecessário, quando, na verdade, não havia outra alternativa. Nessa ocasião, não só era indesejável mas impossível continuar a manter altos déficits em conta corrente. Na ocasião, a única crítica séria e inovadora às políticas ortodoxas de ajustamento proveniente da esquerda moderada veio dos economistas que desenvolveram a teoria da inflação inercial.

Uma política salarial redistributiva é típica do populismo econômico em qualquer lugar. A concentração de renda é reconhecidamente o maior problema no Brasil, que tem um dos padrões de renda mais desequilibrados e injustos do mundo. Este fato por si só, entretanto, não legitima um distributivismo salarial irrealista. Uma política econômica politicamente progressista no Brasil terá necessariamente de combater essa distribuição desigual, que não só é desequilibrada entre salários e lucros mas também entre os salários recebidos pelos trabalhadores e os ordenados da classe média tecnoburocrática. Entretanto, quando se propõem aumentos salariais, é preciso ter cuidado para não elevar os salários reais acima da produtividade, reduzindo a taxa de lucros. A não ser que a taxa de lucros esteja exageradamente alta, os empresários não aceitarão ver seus lucros reduzidos, repassando os aumentos de salários para os preços.

Em todos os momentos em que se tentou aumentar os salários acima da produtividade, os lucros foram ameaçados e a taxa de inflação acelerou. Isso é inevitável. A política salarial só é efetiva quando se limita a três objetivos: (1) proteger os salários reais da inflação; (2) assegurar que aumentos na produtividade sejam transferidos aos trabalhadores; e (3) reduzir as diferenças entre salários e ordenados por meio de um aumento gradual no salário mínimo. Presumivelmente, seria possível elevar os salários acima da produtividade sem afetar a taxa de lucros, se a diferença fosse paga pelos rentistas ou se houvesse aumento na eficiência do Estado que permitisse a redução dos impostos, equi-

valente ao aumento do salário real. Uma terceira alternativa seria o predomínio de progresso técnico poupador de capital, expresso no aumento da relação de capital-produto.⁹ Essas condições, porém, dificilmente são realizáveis.

Meios eficientes de redistribuir renda incluem a industrialização conduzida pelas exportações, política industrial orientada para a produção de bens de salário (bens de consumo simples), reforma agrária, reforma tributária progressista e orientação dos gastos públicos para os pobres. Essas idéias são ainda raramente aceitas pela esquerda populista.

Um *slogan* freqüentemente citado é o de que “os aumentos salariais não são causa de inflação”. Isto foi verdade por um longo período durante o regime autoritário, uma vez que os salários reais ou aumentavam de forma defasada em relação à produtividade ou eram reduzidos em termos absolutos. Um quadro diferente, entretanto, começou a surgir no final dos anos 70. Em 1985, após a derrota do regime autoritário, as demandas trabalhistas irrealistas aumentaram acentuadamente. A classe média assalariada, empregada no setor público tornou-se particularmente ativa nessa área. Como o conflito distributivo se aprofundava, o déficit orçamentário se elevou, provocando a aceleração da taxa da inflação. Os ganhos salariais reais tendiam a ter vida curta. A inflação elevada logo corroía qualquer ganho real, e o único resultado duradouro dos aumentos nominais de salário era uma taxa ainda mais elevada da inflação.

Em conclusão, algumas idéias e práticas políticas da esquerda moderada, que estão muito relacionadas ao populismo econômico — nacionalismo antiquado, orientação para o mercado doméstico, atitude de recusa ao ajustamento e distributivismo salarial — não são compatíveis com políticas econômicas racionais e coerentes. Além disso, as práticas políticas da direita oportunista — desenvolvimentismo e clientelismo — não estão relacionados com populismo econômico. São obstáculos políticos à estabilização e ao crescimento.

A DIREITA IDEOLÓGICA

A direita ideológica é também geradora de política econômica irracional. Esta categoria inclui os economistas monetaristas e os ideólogos neoliberais, que adotam uma visão teórica militante, opondo-se virtualmente a qualquer tipo de intervenção do Estado na economia e apoiando apenas políticas econômicas estritamente ortodoxas para estabilizar a economia brasileira. Uma crescente fração da elite empresarial no Brasil pode ser incluída nessa categoria. Seus líderes podem não ser oportunistas, mas são ideologicamente conservadores. Ora, nos países em desenvolvimento, além dos tra-

ços conservadores típicos como colocar a ordem acima da justiça e resistir à mudança, o conservadorismo é internacionalista e implica subordinação ideológica aos valores e ao sistema de crenças existentes nos países centrais.

A direita ideológica está convencida de que suas visões sobre política econômica são intrinsecamente racionais, porque baseadas tanto na lógica do capitalismo como em sua própria lógica. Contam com sua própria racionalidade para confrontar a irracionalidade tanto da esquerda populista como dos políticos oportunistas. Controlam os meios de comunicação e dessa forma conseguem normalmente veicular suas idéias para o público em geral, reforçando sua hegemonia ideológica.

Infelizmente, as idéias da direita ideológica são menos racionais do que se supõe. Na verdade, constituem um grande obstáculo à adoção de uma política econômica consistente no Brasil, especialmente quando o país enfrenta uma situação anormal de grande crise, requerendo-se a coragem de decisões econômicas que envolvem risco e inovação ou heterodoxia.

O conservadorismo social é problema óbvio num país em que os níveis de renda são tão acentuadamente desiguais. No Brasil, a carga tributária é relativamente baixa, e o sistema tributário, regressivo. Assim, uma reforma tributária progressiva seria uma ferramenta evidente para reduzir o déficit público e distribuir a renda mais eqüitativamente. A direita ideológica se opõe sistematicamente a reformas tributárias que elevem a carga tributária ou que a torne mais progressiva. Por outro, demonstra preocupação com a falta de incentivos para a poupança e o investimento, quando a renúncia fiscal e os incentivos tributários para as empresas são uma fonte importante de déficits orçamentários. A maioria dessas isenções tributárias ou incentivos perderam sua razão de ser há muito tempo. Muitos foram eliminados, permitindo o aumento recente da carga tributária. Mas o nível de subsídios no Brasil continua ainda elevado.

Embora a direita ideológica manifeste sua preocupação com relação à concentração de renda no Brasil, na verdade não faz nada para ajudar a resolver o problema. Um pacto social, essencial para controlar os salários e inibir a inflação, envolveria concessões para os trabalhadores em termos de reforma social, com o aumento dos gastos com educação e saúde. Particularmente, envolveria um programa de renda mínima, seja do tipo do imposto de renda negativo, seja do tipo de um pagamento universal, seja, finalmente, do tipo de um pagamento para famílias pobres com filhos nas escolas. No entanto, via de regra, a direita ideológica opõe-se a qualquer esforço para viabilizar o argumento dos gastos sociais, inclusive porque os ricos pouco utilizam dos serviços de educação e saúde do Estado. Esse comportamento atende a seus

interesses enquanto classe e também baseia-se na convicção conservadora de que a ordem deve ter sempre prioridade sobre a justiça social.

O monetarismo é uma ideologia econômica de direita, que surgiu para combater o keynesianismo em um momento em que este se enfraquecera, na medida em que os problemas macroeconômicos deixavam de ter origem na insuficiência crônica da demanda e passavam a estar relacionados com a crise fiscal. Desenvolveu-se originalmente na versão de Friedman e, subseqüentemente, evoluiu com a teoria das expectativas racionais dos “novo-clássicos” (Sargent; Lucas). Baseia-se numa contradição fundamental: é uma teoria macroeconômica, que por definição está orientada para a política econômica, que no entanto professa a abstinência radical da intervenção estatal. O mercado seria auto-regulável, senão perfeitamente auto-regulável pelo menos de forma melhor do que qualquer correção por parte do Estado. Essa abstinência, no entanto, não é praticada. As recomendações monetaristas de política de estabilização tendem a ser ativas e agressivas. E quando a estabilização é alcançada, os monetaristas sabem que ela é sempre tão precária que a intervenção continuada do Estado será necessária para mantê-la.

Atualmente, o monetarismo, apesar de seus recorrentes fracassos práticos, é, em sua vertente das expectativas racionais, a religião econômica das universidades dos países capitalistas desenvolvidos. Como resultado da subordinação ideológica das elites dos países periféricos à dos países centrais, um monetarismo quase irrestrito tem sido adotado pela direita ideológica em um país periférico como o Brasil. Dois exemplos bastam. Embora a inflação brasileira tenha origens estruturais e um caráter inercial, tornando a oferta de moeda endógena ou passiva, a direita acredita que a inflação possa ser controlada simplesmente pela aplicação de políticas monetária e fiscal.¹⁰ Numa economia subdesenvolvida como a brasileira, os desequilíbrios econômicos se aprofundam, mas, baseada no monetarismo, a direita neoliberal acredita que as forças do mercado conseguirão resolver todos os problemas.

Os sucessivos fracassos dessa abordagem para solucionar as crises econômicas na Argentina, no Brasil e no Chile contribuíram para certo descrédito do monetarismo no início dos anos 80. Entretanto, após o fracasso dos planos heterodoxos, Austral e Cruzado, o monetarismo recuperou parte de seu prestígio perdido. De repente, como resultado de uma manobra muito interessante da direita neoliberal, as políticas de estabilização convencionais (baseadas em políticas fiscal e monetária, sobre as quais um relativo consenso existe entre os bons economistas) foram equiparadas ao monetarismo “ortodoxo” e opostas às teorias keynesiana e estruturalista, vistas agora como populistas e “heterodoxas”. Por meio dessa estratégia retórica, a direita ideo-

lógica conseguiu identificar a heterodoxia com o populismo econômico, quando heterodoxia em teoria econômica significa simplesmente não adotar o *mainstream* econômico e, em política econômica, não se limitar à política fiscal e monetária, mas utilizar também políticas de renda. Enquanto nos países desenvolvidos a teoria da inflação inercial começou a ser incorporada pelo *mainstream* econômico e um número cada vez maior de economistas passou a admitir a vantagem de combinar políticas convencionais ou ortodoxas (fiscal e monetária) com políticas heterodoxas (que neutralizam a inércia), a direita monetarista neoliberal no Brasil ainda insistia em adotar estratégias heterodoxas e em defender apenas políticas ortodoxas para controlar a inflação.¹¹ Quando um programa de estabilização — o Plano Real — finalmente controlou a inflação em 1994, os monetaristas se recusaram a reconhecer seu caráter essencialmente heterodoxo, embora seus autores fossem economistas neo-estruturalistas, e a URV — Unidade Referencial de Valor — fosse uma estratégia engenhosa, absolutamente não-convencional, para neutralizar os efeitos da defasagem dos contratos, ou seja, da inércia.

Na verdade, as políticas econômicas monetaristas são por natureza inadequadas ou irracionais. É óbvio que uma rejeição dogmática da intervenção estatal impede a política monetarista de lidar com os problemas da economia brasileira. O monetarismo também tende a ignorar as características específicas de cada economia. A inflação inercial pode ser um fenômeno universal, mas o grau de indexação formal e informal no Brasil tornava-a específica para a situação brasileira, criando um problema brasileiro, que requeria medidas especialmente direcionadas para sua solução.

O neoliberalismo é o complemento do monetarismo. O Consenso de Washington foi uma de suas manifestações na América Latina — um tema já amplamente discutido neste livro. Embora persista em ignorar, a direita ideológica sabe (ou deveria saber) que o Estado exerceu um papel-chave na industrialização do Brasil. Nos anos 80, depois de ter contraído uma elevada dívida externa, o Estado brasileiro sofreu severa crise fiscal e passou a ser um obstáculo ao crescimento econômico. Para aqueles que subscrevem um neoliberalismo sem jaça, este fato indicaria que o Estado deveria abster-se totalmente de exercer qualquer papel econômico. Embora a crítica neoliberal ao Estado tenha sido útil para criticar o estatismo populista latino-americano, as políticas econômicas que o neoliberalismo propõe não são realistas. A tarefa primordial é a de resolver a crise fiscal; não é a de expulsar o Estado da economia, mas habilitá-lo a assumir novas funções ao promover o bem-estar e o progresso tecnológico.

A aspiração natural da comunidade empresarial brasileira é, acima de tudo, integrar o Brasil na economia internacional. Se lograsse esse objetivo,

o capitalismo brasileiro seria naturalmente menos vulnerável, tanto econômica quanto ideologicamente. Como existe uma clara hegemonia econômica e ideológica da burguesia, este desejo de maior integração com o mundo desenvolvido é bastante natural. O problema é como chegar a essa integração. Os conservadores brasileiros normalmente acreditam que isto possa ser alcançado se o país adotar um internacionalismo militante, se lograr credibilidade junto aos países desenvolvidos. Entretanto, o internacionalismo de direita, preocupado em criar confiança, habitualmente toma a forma de uma subordinação acrítica aos interesses dos países desenvolvidos. Esta atitude — que chamo de internacionalismo subordinado — é um fenômeno da vida cotidiana no Brasil. É consequência de uma dominação cultural e econômica que o mundo desenvolvido exerce sobre a periferia. No caso da direita ideológica, essa subordinação assume uma militância tão incompatível com os interesses nacionais quanto o velho nacionalismo da esquerda.

O outro nome para o internacionalismo subordinado é a estratégia da construção de confiança (*confidence building*), que as elites empresariais na América Latina normalmente advogam. A idéia é seguir todas as recomendações ou sugestões feitas por Washington (o governo) e Nova York (o sistema financeiro), numa tentativa de construir confiança. O México seguiu firmemente essa estratégia desde agosto de 1989, quando, irresponsavelmente, assinou o acordo da dívida com bancos comerciais, seis meses após o anúncio do Plano Brady. A redução da dívida foi insignificante, mas, argumentava-se então, teria “conquistado a confiança”. Dessa ocasião até a quebra em dezembro de 1994, o governo Salinas esteve engajado em obter credibilidade às custas do interesse nacional e de fundamentos macroeconômicos.

Atualmente, os conservadores na América Latina vêem a experiência chilena como um exemplo de política econômica firme e bem-sucedida. Estão basicamente corretos. O Chile foi uma exceção à regra. Após cometer grandes enganos e mergulhar numa profunda crise em 1982, o governo autoritário chileno conseguiu superar a crise fiscal e recuperar o crescimento. Desde a democratização, em 1990, o novo governo democrático vem mantendo os fundamentos macroeconômicos sob controle, ao mesmo tempo em que dá maior ênfase às políticas sociais. Nem o governo autoritário nem o democrático privatizaram as minas de cobre, a fonte da maior parte das poupanças públicas que permanecem altamente positivas.

Os resultados combinados (positivo e negativo) alcançados pela economia chilena foram o produto de políticas ortodoxas e, inicialmente, de um regime autoritário, que ajustou a economia às custas de forte concentração

de renda e de substancial aumento da pobreza (Piedra, 1988). John Sheahan (1986: 161) observou que as políticas econômicas típicas dos regimes autoritários na América Latina incluem algum controle de preços, menor protecionismo, sérios esforços para limitar os déficits orçamentários, controle restrito de salários e condições altamente favoráveis a investidores estrangeiros. Sheahan confunde retórica do regime com as ações praticadas. Na verdade, os regimes autoritários latino-americanos não necessariamente adotam políticas econômicas ortodoxas ou neoliberais. Sua retórica é invariavelmente contrária à intervenção estatal e ao protecionismo, mas, embora preconizem austeridade fiscal, raramente praticam o que preconizam. O endividamento externo excessivo e os déficits públicos correspondentes dos anos 70 foram todos cometidos pelos regimes autoritários no Brasil, na Argentina, no Chile e no Peru. No Chile, o ajustamento fiscal afinal foi alcançado, mas constitui uma exceção. Sheahan pisa em solo mais firme, entretanto, quando se preocupa com a habilidade dos governos não-autoritários da América Latina de sobreviver a uma expansão das políticas populistas, tendência que se intensificou nos anos que se seguiram à redemocratização: aumentos salariais acima do crescimento da renda *per capita*; elevações nos gastos públicos e uma tendência ao protecionismo excessivo.

Em suma, práticas e ideologias políticas populistas e desenvolvimentistas de um lado, e meramente ortodoxas, de outro, constituem o maior obstáculo à adoção de políticas racionais e consistentes no Brasil, e, mais amplamente, na América Latina. Essas práticas e ideologias levaram a crises fiscais, a problemas no balanço de pagamentos, à inflação, ou então a uma incompetente administração macroeconômica, a baixas taxas de crescimento, à concentração de renda e ao fracasso em combater uma inflação inercial.